

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 109/90, de 29 de novembro de 1990.

Dispõe sobre as diretrizes orça mentárias para o exercício de 1991 e dá outras providências.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1991 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de ecomomia mista somente receberão recursos do Tesouro Municipal através de Lei específica, autorizando a subscrição de aumento de capital ou cobertura de deficit, excetuado o pagamento de serviços prestados.

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1991 obedecerá as seguintes Diretrizes Gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

- I o montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas;
- II as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de julho de 1990, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços;
- III as estimativas das Receitas serão feitas a preços de julho de 1990; considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modifi
  cações na legislação tributária os quais serão
  objeto de Projeto de Lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo até quarenta e cinco dias antes
  do encerramento do exercício;
  - IV os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa;
  - V o pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expanção;
  - VI o Município aplicará 25% de sua receita resultan te de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da

Nan J

Estado do Rio Grande do Sul

- 2 -

Constituição Federal, prioritariamente na manuten ção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar;

VII - constará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizadas pelo Poder Legislativo, com destinação específica e vinculada ao projeto.

Art. 3º 0 Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual, observará a seleção de prioridades dentre as relacionadas no anexo I integrante desta Lei, e as orçará a preço de julho de 1990.

Parágrafo único. Poderão ser incluídos programas não elen cados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 4º Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela variação do BTN pleno entre o mês de julho de 1990 e janeiro de 1991, obedecendo a fórmula a seguir e desprezando as frações de mil cruzeiros após o cálculo:

BTN janeiro/91
----X valor orçamentário = valor corrigido
BTN julho/90

Art. 5º 0 Poder Executivo poderá firmar convênios, com ou tras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áre as de educação, cultura, saúde e assistência social, habitação e saneamento, constituindo-se projeto específico.

Art. 6º As despesas com pessoal da Administração Direta e da Indireta ficam limitadas a 65% da receita corrente (atendendo ao disposto no Art. 38 das Disposições Constitucionais Transitórias).

\$ 1º Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo o somatório das receitas correntes da Administração Direta e das receitas correntes próprias da Administração Indireta, provenientes de autarquias e fundações públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º 0 limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e da Indireta nas seguintes despesas:

I - salários;

II - obrigações patronais;

III - proventos de aposentadoria e pensões;

IV - remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

V - remuneração dos Vereadores.

\$ 32 A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração

No



Estado do Rio Grande do Sul

- 3 -

de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

Art. 7º Fica autorizada a concessão de ajuda financeira às entidades abaixo relacionadas, e às beneficiadas pelas legislações mencionadas:

I -	Lei 08/76	Cr\$	600.000,00
II -	Lei 25/69	Cr\$	600.000,00
III -	Lei 65/70	Cr\$	300.000,00
ıv -	APAE - NH	Cr\$	1.610.000,00
	FUNDAÇÃO ERNESTO FREDERICO		
	SCHEFFEL	Cr\$	360.000,00
vı -	ADEFI - NH	Cr\$	1.400.000,00
VII -	FUNDAÇÃO SÃO DIMAS	Cr\$	100.000,00
	CONSEPRO - NH		
IX -	SUBVENÇÃO AS ESCOLAS DE		
	SAMBA	Cr\$	400.000,00
x -	LIGA HAMBURGUESA DE BOLÃO	Cr\$	50.000,00
XI -	ESPORTE CLUBE NOVO HAMBURGO	Cr\$	1.500.000,00
XII -	LIGA HAMBURGUESA DE FUTEBOL		
-	AMADOR	Cr\$	350.000,00
XIII -	GRĒMIO DOS FUNCIONÁRIOS		
	MUNICIPAIS	Cr\$	4.200.000,00
XIV -	- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA GUARANI	Cr\$	100.000,00
xv -	- FEEVALE	Cr\$	50.000,00
xvi -	- ASPEUR-CONSTRUÇÃO DO CAMPUS	Cr\$	370.000,00
xvII -	- CPM-ESC. EST. DE 1º GRAU INC.		
	PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL -		
	- DEFICIENTES AUDITIVOS	Cr\$	1.260.000,00
xvIII -	- APEMEM - ESC. MUN. HELENA		
	CANHO SAMPAIO	Cr\$	180.000,00
XIX -	- INSTITUIÇÃO DE AMPARO E		
	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	Cr\$	1.250.000,00
XX -	- UNIMÃES	Cr\$	150.000,00
XXI ·	- ACEVALES - ASSOCIAÇÃO DOS		
	CEGOS DO VALE DO RIO DOS		
	SINOS		
	- APEMEM - ESC. MUN. SÃO JOÃO	. Cr\$	70.000,00
XXIII	- FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BOSCO -		

- LAR DA MENINA .....

400.000,00

Man J



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO Estado do Rio Grande do Sul

XXIV	-	ORFANATO LAR ADALGISA		
		DA SILVA	Cr\$	400,000,00
XXV	-	APEMEM - ESC. MUN. HUGO		
		ENGELMANN	Cr\$	100,000,00
XXVI	-	SOCIEDADE HABITACIONAL	•	
		POPULAR ROSELĀNDIA	Cr\$	300.000,00
XXVII	_	FUNDAÇÃO PRÓ-PARQUE	Cr\$	550.000,00
XXVIII	_	TERRAGUAR - ASSOC. ECOLÓGICA .	Cr\$	250.000,00
XXIX	-	ATLÉTICO CLUBE VETERANO	Cr\$	230.000,00
XXX	-	CPM - ESC. EST. OTÁVIO ROSA	Cr\$	250.000,00
XXXI	-	MOVIMENTO ROESSLER PARA		
		DEFESA AMBIENTAL	Cr\$	190.000,00
XXXII	_	ADEMPA - ASSOC. DE DEFESA DA		
		MORADIA POPULAR E DO MEIO	•	
		AMBIENTE DE NH	Cr\$	800.000,00
XXXIII	-	ASSOC. DE CULTURA POP.		•
		LUA CHEIA	Cr\$	600.000,00
XXXIV	_	ESPORTE CLUBE SANTO AFONSO	Cr\$	100.000,00
XXXV	-	CPM - ESC. EST. DE 1º E 2º		
		GRAUS VILA BECKER	Cr\$	300.000,00
XXXVI	_	APEMEM - ESC. MUN. CECÍLIA		•
•	,	MEIRELES	Cr\$	200.000,00
XXXVII	_	UAC - UNIÃO DAS ASSOC.		
		COMUNITÁRIAS	Cr\$	50.000,00
XXXVIII	-	ASSOC. DOS MORADORES DO		
		BAIRRO RONDÔNIA	Cr\$	150.000,00
XXXIX	-	ASSOC. COM. DA VILA UNIÃO	Cr\$	50.000,00
XL	_	ASSOC. DOS MORADORES NAS		
		IMEDIAÇÕES DA ESC. EST.		
		LEOPOLDO PETRY	Cr\$	50.000,00
XLI	_	CPM - ESC. EST. LEOPOLDO		
		PETRY	Cr\$	100.000,00
XLII	-	ASSOC. BENEFICIENTE MÃES		
		POBRES DE NH	Cr\$	400.000,00
XLIII	-	ESCOLA EVANGÉLICA DA PAZ	Cr\$	200.000,00
XLIV	-	ASSOC. DOS MORADORES DO		
		BAIRRO SÃO JORGE	Cr\$	85.000,00
XLV	_	ASSOC. DOS MORADORES DA		
		COLINA DA MATA (KEPHAS)	Cr\$	40.000,00
XLVI	-	ASSOC. DOS MORADORES DO		
		ARROIO PAMPA	Cr\$	40.000,00
XLVII	_	CLUBE DO IDOSO FRATERNIDADE -	:	
		- BAIRRO SANTO AFONSO	Cr\$	65.000,00



Estado do Rio Grande do Sul

- 5 -

XLVIII -	CLUBE DO IDOSO DO	
	BAIRRO PRIMAVERA Cr\$	40.000,00
XLIX -	ASSOC. DOS MORADORES DA	ii .
	VILA IGUAÇU E SÃO PAULO Cr\$	90.000,00
L -	APEMEM - ESC. MUN. NILO	
	PEÇANHA Cr\$	90.000,00
LI -	CPM - ESC. EST. WASHINGTON LUIZ	
	(L. GRANDE) Cr\$	50.000,00
LII -	ASSOC. DOS MORADORES DO	
	BAIRRO CANUDOS Cr\$	150.000,00
LIII -	ASSOC. DOS MORADORES DA	
	VILA COLÚMBIA Cr\$	50.000,00
LIV -	APEMEM - ESC. MUN. PRES.	-
	GETÜLIO VARGAS Cr\$	100.000.00
LV -	APEMEM - ESC. MUN. PRES.	
	JOÃO GOULART Cr\$	80.000.00
LVI -	CLUBE DA ESPERANÇA Cr\$	
	APEMEM - ESC. MUN. JOSÉ	30.000,00
	BONIFÁCIO Cr\$	50 000 00
I.VTTT -	CPM - ESC. EST. D. PEDRO II Cr\$	
	CLUBE DA FRATERNIDADE Cr\$	
	CPM - ESC. EST. CLEMENTE	50.000,00
ДX	PINTO Cr\$	80.000,00
1.XT <b>–</b>	APEMEM - ESC. MUN. ANITA	80.000,00
LAL	GARIBALDI Cr\$	50.000,00
IVII _	APEMEM - ESC. MUN. ELVIRA	30.000,00
TVII -		50 000 00
IVTTT	BRANDI GRIN Cr\$	50.000,00
rviii -	APEMEM - ESC. MUN. JORGE	
	E. KOCH Cr\$	50,000,00
TXIA -	ASSOC. DOS MORADORES	
T 7777	JARDIM RONDÔNIA Cr\$	
	GRÊMIO ESPORTIVO HAMBURGUÊS Cr\$	
	ESPORTE CLUBE ESTRELA Cr\$	
	BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE Cr\$	100.000,00
	ASSOC. DOS MORADORES DA	
TWTW		50.000,00
TXIX -	APEMEM - ESC. MUN. ANTONIO	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	BEMFICA FILHO Cr\$	30.000,00
LXX -	ESCOLA CENECISTA DO BAIRRO	
, 	PRIMAVERA Cr\$	30.000,00
LXXI -	CPM - ESC. EST. BORGES DE	
	MEDEIROS Cr\$	80.000,00

Man G

Estado do Rio Grande do Sul

- 6 -

LXXII - GRĒMIO ESTUDANTIL BORGES	•
DE MEDEIROS Cr\$	30.000,00
LXXIII - CPM - ESC. EST. OSVALDO	
ARANHA Cr\$	30.000,00
LXXIV - CPM - ESC. EST. ANTÔNIO	
VIEIRA Cr\$	30.000,00
LXXV - CPM - ESC. EST. ENGº IGNÁCIO	
PLANGG Cr\$	30.000,00
LXXVI - APEMEM - ESC. MUN. ANA NERI Cr\$	50.000,00
LXXVII - APEMEM - ESC. MUN. MARCOS	
MOOG Cr\$	50.000,00
LXXVIII - ESC. SAGRADO CORAÇÃO DE	
JESUS - BAIRRO SANTO AFONSO Cr\$	50.000,00
LXXIX - LAR DOS VELHINHOS Cr\$	50.000,00
LXXX - ASSOC. DOS MORADORES	
JARDIM ALCĀNTARA II Cr\$	30.000,00
TOTAL Cr\$	24.360.000,00
e 10 0- manufact carão efetuados anos	a aprovação.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados após a aprovação, pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercício.

§ 3º Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestam contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 8º 0 orçamento anual obececerá a estrutura organiza cional, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 9º As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro do ano de 1990.

PAULO ARTUR RITZEL
Prefeito Municipal

Registre-se e/Publique-se.

MARCO AURÉLIO KUELLER Secretário de Administração mecm em exercício